

Transformações recentes no plano econômico internacional: uma análise paralela da ascensão do “gigante” asiático e da estagnação latino-americana

Victor Emmanuel Feitosa Hortencio¹

Ivo Costa Novais²

Ana Maria Rita Milani³

Considerações Iniciais

A história recente mostra que a primeira década do século XXI foi marcada por importantes transformações no sistema econômico internacional. O desenvolvimento econômico recente da China desencadeou uma nova dinâmica no comércio mundial. A crescente demanda chinesa por matérias primas e a internacionalização das empresas chinesas, associadas à adesão a Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 estreitou as relações comerciais chinesas e têm levado o país a aumentar sua participação no comércio mundial, inclusive com os países latino-americanos, que durante os anos 1990 voltaram a se especializar em produtos primários.

Mais especificamente, na primeira década dos anos 2000 ocorreram vários acontecimentos expressivos no plano econômico internacional: i) o significativo crescimento da economia mundial entre 2003 e 2007; ii) a crise mundial de 2008 e iii) a rápida recuperação da economia mundial amparada na locomotiva chinesa. Podemos destacar como elemento principal desse período o protagonismo desempenhado pela China na dinâmica internacional de maneira que “essa nova potência em ascensão, inclusive, vem alterando a ordem econômica, política e social (e) gerando mudanças na geopolítica internacional e na divisão internacional da produção e do trabalho”, ocasionando elevações nos níveis de preços internacionais de *commodities*, redução nos preços de produtos industrializados e ampliação do consumo de massa em escala mundial (PINTO & BALANCO, 2013, p. 14).

Logo, para compreender melhor o atual estágio de desenvolvimento chinês e da América Latina como um de seus parceiros comerciais constrói-se uma análise paralela, investigando especialmente o período entre os anos 1970 e 1990 e analisando as trajetórias econômicas, na tentativa de alinhar o comportamento endógeno (estrutural) dessas economias aos acontecimentos conjunturais da economia internacional. Pois, de maneira peculiar, se nos últimos trinta anos ambas as economias aumentaram sua vinculação ao mercado internacional, pode-se afirmar que suas políticas de inserção foram acionadas por meio de um conjunto de premissas e políticas divergentes, podendo-se dizer quase opostas (BARBOSA, 2011).

Para tal fim, o presente artigo está segmentado em três seções: a primeira trata, de maneira geral, dos acontecimentos que marcaram o período de consolidação e reafirmação da hegemonia americana, elucidando

1 Victor Emmanuel Feitosa Hortencio: Doutorando em economia do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia (PPGE-UFBA). E-mail: victor.vefh@gmail.com.

2 Ivo Costa Novais: Doutorando em economia do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia (PPGE-UFBA). E-mail: ivoabaira@hotmail.com.

3 Ana Maria Rita Milani: Doutora em Economia pela UFRGS. Professora Adjunta da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas (FEAC-UFAL). Professora permanente do Curso de Mestrado em Economia CMEA-UFAL. Coordenadora da Incubadora de Tecnologia Social (FEAC-UFAL). E-mail: ana.milani@feac.ufal.br

as circunstâncias internacionais que marcaram, direta ou indiretamente, o futuro das economias estudadas; a segunda seção foca nas estratégias das políticas econômicas adotadas pelo governo chinês, mais precisamente entre os anos 1970 e 1990; a terceira e última seção deste trabalho analisa os percalços vividos por diversas economias latino-americanas durante a famosa “década perdida” do capitalismo contemporâneo, mostrando como esse período deixou marcas profundas na periferia da economia mundial. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

A conjuntura internacional dos “Anos Opacos”

No intervalo entre os anos 1955 e 1973 se evidenciou um duplo movimento na economia internacional. Enquanto os Estados Unidos demonstravam dificuldades em manter o seu padrão de acumulação⁴, as economias da Europa Ocidental e o Japão começavam a assimilar o sistema industrial americano, iniciando a partir daquele momento seu ciclo expansivo. Já nos anos 1960, os EUA davam mostras que seu longo período de expansão começava a se extinguir e essa situação se traduzia na diminuição de sua taxa de crescimento, e na deterioração de seu comércio exterior e de suas contas fiscais. No que se refere ao problema fiscal, segundo Tavares (1997), o déficit provinha da agressividade de suas próprias políticas financeira e armamentista.

Além do esgotamento do padrão de crescimento, os EUA passaram nessa mesma fase por delicadas situações internas e externas que resultaram na falsa crença de que a hegemonia americana estava chegando ao seu fim. Cano (2000, p. 23) acrescenta que:

Com efeito, além das perdas econômicas já citadas, os EUA haviam sofrido, entre outros, os seguintes problemas: o tensionamento alto entre EUA, Cuba e URSS, entre 1959 e 1963, o assassinato do presidente Kennedy e Martin Luther King, a Guerra do Vietnã, a vitória socialista no Chile e a declaração oficial da inconvertibilidade do dólar em ouro em 1972.

Segundo Cano (2000), os dois movimentos contrários de esgotamento e auge aceleraram a saída para o exterior de capitais produtivos e financeiros. Primeiro as filiais norte-americanas se direcionavam para o resto do mundo (principalmente para a Europa); depois os próprios capitais europeus e japoneses seguiram o mesmo caminho:

Tivemos, assim, um período de cerca de quinze anos em que tanto os imperialismos tinham interesse em conquistar ou expandir suas posições também em certas partes da periferia, quanto estas desejavam esses investimentos para poder prosseguir seus processos de industrialização, agora com a implantação de setores de maior complexidade, como material de transporte, equipamento, aparelhos elétricos, petroquímico etc. (CANO, 2000, p. 22).

Esse pano de fundo de desequilíbrio financeiro e comercial nos EUA, somado à ajuda externa dada à Europa e ao Japão, mais os fluxos de capitais direcionados para o exterior, engendraram um movimento inicial

⁴ Tavares ressalta que “os EUA nunca tiveram uma política industrial explícita e de longo prazo, salvo no complexo militar. Assim, os esforços de inovação tecnológica e eletrônica seguiram a orientação “natural” do mercado militar e dos serviços bancários e de comunicações, destinados, ambos, a reforçar o poder internacional da potência dominante. Esses avanços tecnológicos, como se verificaria mais tarde, não melhoravam a competitividade nas indústrias de bens de consumo duráveis nem nos complexos metal-mecânico e elétrico, aos quais estavam ligados, o “modelo taylorista-fordista”, que havia sustentado a difusão do padrão industrial (americano) no pós-guerra, tornava-se rapidamente anacrônico, e a base interna de sustentação sistêmica de uma economia de produção e consumo de massas começa a ser erodida” (TAVARES, 1993, p.28).

de acumulação de créditos e excedentes financeiros em dólares, alocados em sua grande maioria na Europa, “constituindo o chamado euromercado de dólares, ponto de partida para o desenvolvimento da extraordinária “bola de neve” em que se constituiria o sistema financeiro internacional.” (CANO, 2000. p. 23).

A expansão do sistema financeiro internacional na década de 1970 é acelerada, tanto como resultado da inflação do período vigente, como também pela reciclagem dos petrodólares acumulados pelos contínuos aumentos dos preços do petróleo entre os anos 1973 e 1979⁵. Nos primeiros anos da década de 1970 também ocorria o esgotamento do padrão de crescimento econômico visto após os anos 1950 na Europa e no Japão. Então, ao passo em que acumulação produtiva baixava, os excedentes financeiros se multiplicavam, debilitando o orçamento público da maioria dos países desenvolvidos e aumentando consideravelmente sua dívida pública.

Durante esse mesmo período, se davam os primeiros passos da relação “siamesa”⁶ entre Estados Unidos e China, resultado da investida estratégica norte-americana de retomar seu poder no âmbito do sistema mundial. Os vários condicionantes históricos daquele período enfraqueceram e puseram em xeque a soberania da potência capitalista⁷. Diante desse contexto, os EUA não ficaram indiferentes e criaram uma estratégia política na tentativa de reverter essa situação. Segundo Pinto (2011), entre as várias medidas estava o processo de aproximação americana com a China comunista, no intuito de reduzir o avanço da URSS. O reestabelecimento das relações diplomáticas entre China e Estados Unidos ocorreu em janeiro de 1979, processo que gerou uma série de acordos bilaterais nas esferas científica, econômica e cultural. O autor descreve que:

[...] essa parceria estratégica, por um lado, criou uma das condições para o início do *milagre econômico chinês*: a inclusão da China ao mercado de bens e ao mercado de capitais dos Estados Unidos, que permitiu sua arrancada exportadora e ao acesso chinês ao financiamento internacional americano. Por outro lado, ela permitiu a maior e mais rápida expansão do *território econômico supranacional* americano, pois potencializou significativamente o poder do dólar e dos títulos da dívida pública do governo americano e a capacidade de multiplicação do seu capital financeiro (PINTO, 2011, p. 24).

O transcurso desse período também é marcado pelo alojamento do capital financeiro ocioso e abundante nos países subdesenvolvidos, endividando-os cada vez mais, visto que, segundo Chesnais (2005, p. 39), a “reciclagem dos petrodólares tomou a forma de empréstimos e de abertura de linhas de crédito dos bancos internacionais aos governos do Terceiro Mundo, sobretudo da América Latina”. A partir daí as bases da dívida dos países emergentes estavam lançadas e com ela um mecanismo de transferência de recursos reproduzíveis no tempo; pois, para autor, a dívida tende a se recriar sem cessar, observando que os níveis das taxas de juros são superiores ao dos preços e às taxas da produção e do Produto Interno Bruto (PIB), aumentando o montante desses compromissos de forma célere, chamado de efeito “bola-de-neve da dívida”. Assim:

5 A partir de 1976 se iniciou a reciclagem dos petrodólares, esses capitais eram resultantes do aumento temporário do preço do petróleo e que, por sua vez, eram aplicados em Londres pelos potentados do golfo Pérsico (CHESNAIS, 2005).

6 A ascensão da economia chinesa na dinâmica macroeconômica mundial não criou uma competição agressiva com os EUA, pelo contrário, o que se configurou foi uma relação econômica complementar profunda, nos planos comercial, produtivo e financeiro, podendo ser chamada até de “concorrência amistosa” (PINTO, 2011).

7 Pinto (2011) ressalta que a partir dos anos 1960 houve uma intensificação do conflito político entre os países capitalistas e socialistas, agravando ainda mais a contestação da supremacia americana no próprio polo capitalista.

Os juros devidos sobre o principal da dívida (o serviço da dívida) absorvem uma fração sempre maior do orçamento do Estado, das receitas das exportações e das reservas do país, de sorte que a única maneira de fazer face aos compromissos do serviço da dívida é tomar um novo empréstimo (CHENAIS, 2005, p. 39).

Na retaguarda desse processo, ocorria o recrudescimento da crise econômica norte-americana, resultando conseqüentemente na fragilização da credibilidade do dólar como moeda hegemônica⁸. Em 1971 os EUA também rompem unilateralmente com o sistema monetário de Bretton Woods. Tavares (1997) ressalta que o agravamento da crise do padrão dólar após 1968 fez Londres cortar a conversibilidade da libra em dólar, libertando o mercado de crédito interbancário e de reservas dólar-ouro, estabelecendo assim o seu próprio circuito supranacional de crédito, com uma liquidez abundante e crescente, sem, em contrapartida, qualquer relação com o déficit de balanço de pagamento americano.

O cenário de contestação da força do dólar - dólar fraco - se inverte na reunião mundial do FMI em 1979, quando Volcker, presidente do Federal Reserve (FED), declarou que não admitia mais a desvalorização do dólar, situação que se arrastava desde o início da década de 1970. A partir dessa reviravolta, ele subiu violentamente a taxa de juros interna⁹ e declarou que o dólar manteria sua situação de padrão internacional e que a hegemonia da moeda iria ser restaurada. Dessa forma:

Com sua moeda contestada, os EUA não vacilaram e, em fins de 1979, aceleraram a elevação de suas taxas de juros, iniciando a política do “dólar forte”, que iria até 1985. Essa ousada jogada, além de obviamente elevar a conta devedora de juros do governo americano, quebraria financeiramente a quase totalidade dos países devedores e praticamente obrigava o Japão e a Alemanha a financiarem os déficits americanos. Por outro lado, a valorização do dólar e a elevação das taxas de juros impuseram aos países desenvolvidos a desvalorização de suas moedas e uma séria recessão [1980-1983] (CANO, 2000, p. 26).

A diplomacia do “dólar forte” custou caro, fez os EUA entrarem juntamente com a economia mundial numa recessão que durou três anos. A violenta recessão estrutural desencadeada pela política de elevação dos juros quebrou várias grandes empresas e muitos bancos estadunidenses. Assim, além de levarem consigo vários países devedores, os EUA pararam com a farra industrializante na periferia¹⁰, forçando os países capitalistas a entrarem num longo ajuste recessivo alinhado com as suas políticas. “A bem da verdade, a política de reestruturação norte-americana foi feita à custa do neoliberalismo dos demais países [...]” (CANO, 2000, p. 26).

8 Pinto & Balanco (2013, p. 6) ressaltam que “no fim da década de 1970, mais especificamente entre 1977 e 1978, o dólar apresentava sinais evidentes de sua fragilidade como unidade de valor em escala mundial em virtude da ameaça decorrente do fortalecimento do marco e do iene. As estratégias norte-americanas, ao longo dos anos 1970, de criação de déficits fiscais e em conta corrente cada vez mais elevados para garantir a expansão da competitividade do setor manufatureiro, em associação com a expansão dos euro-mercados, geraram uma forte desvalorização do dólar e o concomitante afloramento da situação nevrálgica de questionamento da própria posição desta divisa como moeda-chave internacional”.

9 A “diplomacia dólar forte” foi uma decisão unilateral dos EUA que, com sua política de juros altos, promoveu valorizações da ordem de 50%, entre 1980 e 1985 (TAVARES, 1993).

10 Raúl Prebisch (1949), um dos precursores das teorias estruturalistas desenvolvidas pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), compreende a economia mundial como formada por dois blocos de países: o “centro”, constituído pelos países desenvolvidos, que concentram as inovações e detêm o monopólio do progresso técnico global; e a “periferia”, formada pelos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, que buscam imitar e absorver o progresso técnico irradiado dos países centrais (NASSIF, 2021).

Macnally (2010) denomina esse momento de ofensiva americana como “o dia em que a música parou”. Chegava-se assim, ao fim dos “anos dourados do capitalismo”, no qual já se podia enxergar no horizonte os primórdios do neoliberalismo, que seria, no caso, “a virada para uma forma mais virulenta de capitalismo, que resultaria em uma nova onda de expansão –embora com um padrão de crescimento baseado na crescente desigualdade social, aumento da pobreza global e aumento da insegurança humana” (MACNALLY, 2010. p. 26).

Sendo assim, de acordo com Chesnais (2005), nos países subdesenvolvidos a dívida tornou-se uma força perfeita que permitiu a viabilidade da imposição de políticas ditas de ajuste estrutural e a iniciação de processos de desindustrialização em muitos desses países. Essa condição de endividamento fortaleceu a antiga dominação econômica e política dos países centrais sobre os periféricos. Então:

Foi nos países do Terceiro Mundo¹¹, incentivados a se aproveitar dos créditos aparentemente vantajosos associados à reciclagem dos petrodólares, que as consequências do “golpe de 1979” foram mais dramáticas. A multiplicação por três e mesmo por quatro das taxas de juros, pelas quais as somas emprestadas deviam ser reembolsadas, precipitou a crise da dívida do Terceiro Mundo, cujo primeiro episódio foi a crise mexicana de 1982 (CHENAIS, 2005, p. 40).

Por conseguinte, todos os países afetados pela empreitada americana se alinharam ao ideário liberal; a busca tanto por lugares receptivos para os capitais ociosos quanto pela eficiência desse mercado se chocava com o Estado nacional regulador e social de alguns países. Como resposta, várias medidas foram impostas, fundamentalmente: “i) ruptura dos monopólios públicos; ii) privatizações; iii) abertura comercial; iv) desregulamentação dos movimentos do capital internacional; v) flexibilização das relações trabalho/capital; e vi) cortes nos gastos sociais” (CANO, 2000.p.27).

Pinto & Balanco (2013, p. 7) descrevem que durante os anos 1980:

Mediante um enquadramento dos diversos países, tanto os capitalistas quanto aqueles que constituíam o bloco soviético, centrais ou periféricos, os EUA, a partir de 1985, buscaram adotar um estilo mais “pluralista” nas relações externas por meio de uma maior coordenação entre os países capitalistas centrais através das instituições “supranacionais” (FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio), ou por intermédio de uma coordenação mais efetiva entre os bancos centrais do G-7 [Acordo de Plaza (1985) e do Louvre (1987)]. Cabe destacar que o Acordo de Plaza – desvalorização do dólar – abarcava a ofensiva comercial norte-americana sobre o Japão, resultando na adoção de uma política macroeconômica regional expansiva durante os anos 1980 e 1990 na Ásia.

Durante esse momento conturbado vivenciado nos anos 1980, todos os bancos internacionais se direcionaram para Nova York, não apenas sobre a proteção do FED, mas obrigatoriamente financiando o déficit fiscal americano. Neste caso, a dívida é o único instrumento que os EUA tinham para realizar uma captação forçada da liquidez internacional. Sendo assim, apesar das críticas ao déficit americano, este se tornou na prática o único elemento de estabilidade temporária do mercado monetário e de crédito internacional. E o preço dessa estabilidade resultou na submissão dos países à diplomacia do dólar e o ajustamento progressivo de suas políticas econômicas pelo bem do “equilíbrio global do sistema” (TAVARES, 1997).

11 Termo usado na “Velha Ordem Mundial”, durante o período de Guerra Fria, fazia referência aos países capitalistas subdesenvolvidos e geopoliticamente não-alinhados com os outros dois blocos conflitantes. A América Latina estava inserida nos países do Terceiro Mundo, por isso o uso e a sobreposição do termo, na citação, quando se refere também aos países periféricos latino-americanos (PREBISCH, 2000).

A trajetória chinesa: das políticas econômicas ao crescimento acelerado

Nos últimos 30 anos, a economia chinesa tem crescido a uma taxa média anual de dois dígitos, com um aumento significativo do seu PIB *per capita* – de US\$ 193,00, no início dos anos 1980, para US\$ 7.587,00, em 2014. Isso permitiu que 500 milhões de pessoas saíssem da linha da pobreza. A magnitude do crescimento chinês, assim como seu consequente peso no comércio internacional, evidencia-se por seu papel protagonista em diferentes áreas. Assim, a China se tornou o principal exportador de bens de capital e de consumo, além do quinto maior exportador mundial de serviços. Do mesmo modo, é o principal consumidor de alumínio, cobre, estanho, soja e zinco, e o segundo maior consumidor de açúcar e petróleo (BEKERMAN et al, 2013).

De acordo com informações retiradas da COMTRADE (2016), em 2014 a China exportou US\$ 2,34 trilhões e importou US\$ 1,95 trilhão, resultando num saldo comercial de US\$ 384 bilhões. Neste mesmo ano, seu PIB chegou ao patamar de US\$ 10,4 trilhões e seus principais produtos exportados no referente ano foram unidades de discos rígidos, equipamentos de transmissão, telefones, circuitos integrados e peças de máquinas de escritório. Já sua pauta importadora foi formada principalmente por petróleo bruto, circuitos integrados, minério de ferro, ouro, veículos, soja e cobre. Diante disso, percebe-se que de maneira semelhante ao padrão de comércio do mundo desenvolvido, a inserção internacional chinesa está fortemente orientada ao setor manufatureiro, com ênfase especial em eletrônicos (BEKERMAN et al, 2013).

Em termos estruturais e estratégicos, as origens do vertiginoso crescimento chinês devem ser buscadas nas políticas de modernização produtiva que estabeleceram um direcionamento para o crescimento econômico e melhoria das condições de vida da população. Assim, podemos observar, como bem salienta Cunha (2007, p. 4), que as “ideias-força como socialismo de mercado¹² e ‘caminho do desenvolvimento para uma ascensão pacífica’ mostram a estratégia de se utilizar os instrumentos de mercado” para a absorção de tecnologias e capacidades administrativas típicas do Ocidente, como meio de criar condições materiais e institucionais propícias para o desenvolvimento econômico nacional. Então, a complexidade da dinâmica de desenvolvimento chinês está na incorporação lenta, gradual e controlada do processo de adaptação dos mecanismos típicos do mercado liberal capitalista às prerrogativas de controle estatal (CUNHA, 2007).

Pode-se dizer então, que a China encontrou um caminho virtuoso de crescimento baseado num capitalismo fortemente balizado pelas diretrizes estatais, com o eficiente uso de políticas econômicas caracterizadas pelo esforço do Estado em controlar o direcionamento das forças do mercado através de estratégias desenvolvimentistas e intervencionistas nas esferas macroeconômica (câmbio e fluxos financeiros) e institucional.

Medeiros (2012b) avalia os impactos distributivos do desenvolvimento econômico nos primeiros anos de abertura comercial chinesa, percebendo que entre o final dos anos 1970 e o começo de 1990 houve um grande progresso em termos de diminuição da pobreza e que sem dúvida o crescimento da renda contribuiu de forma incontestável para a redução desta. Os dados da Tabela 1 ilustram uma forte redução da pobreza rural

12 É importante reconhecer que todos os tipos de economias, socialistas ou capitalistas, são providos de mercado, o que se tenta expressar nessa nomenclatura é a aglutinação de políticas de planificação e organização tipicamente socialistas, com a abertura comercial e de capitais típicas do liberalismo capitalista.

entre 1978 e 1985 – saindo de 28% da população para 9,2% –, período marcado por maiores taxas de crescimento e urbanização, influenciada pela concentração de trabalhadores nas cidades e pelas transformações nas relações de emprego.

Tabela 1 - Incidência de Pobreza na China (*milhões*)

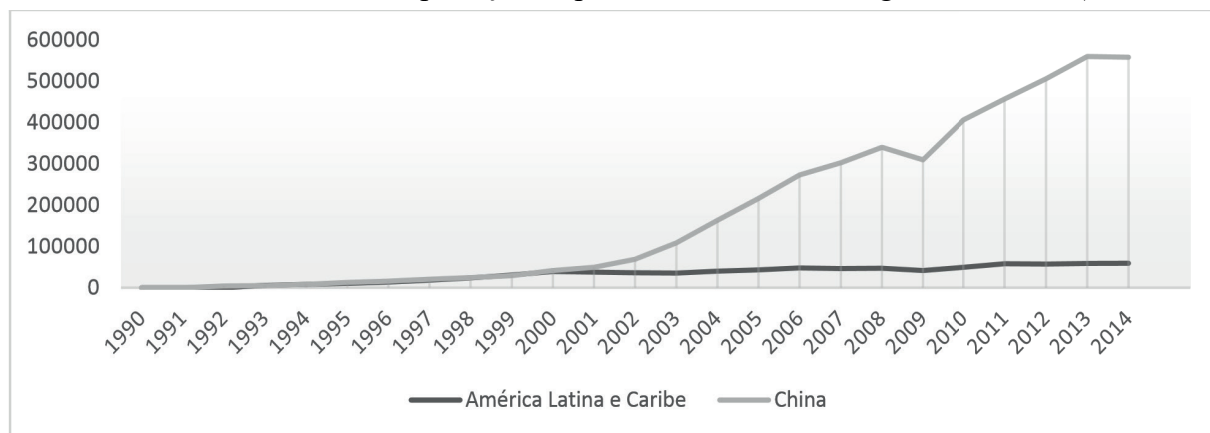
	1978	1985	1990
TOTAL	270 (28%)	97 (9,2%)	98 (8,6%)
URBANO	10 (4,4%)	1 (0,4%)	1 (0,4%)
RURAL	260 (33%)	96 (11,95)	97 (11,5%)

Fonte: Medeiros, 2012b.

Na década de 1980, o crescimento das exportações chinesas iniciou-se com manufaturas mais simples, especialmente produtos primários e manufaturas de transformação de recursos naturais. Estes produtos passaram de 49% do total das exportações, em 1985, para uma participação bem menor atualmente. Por outro lado, houve um crescimento da participação dos produtos intensivos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), chegando a representar 16% das exportações em 2008, percentual que avança rapidamente a cada ano. Desse modo, pode-se dizer que nos anos 1980 as pautas de exportação e importação chinesas não eram muito diferentes dos demais países latino-americanos, porém as transformações produtivas experimentadas posteriormente mostraram profundas mudanças geradas nos padrões de especialização a partir de políticas macroeconômicas, industriais e de complementação produtiva regional, somando-se aos fatores próprios da economia chinesa (BEKERMAN et al, 2013).

Corroborando com a argumentação de Bekerman et al, o Gráfico 1 ilustra o crescimento exponencial das exportações chinesas intensivas em P&D, ou seja, produtos de alta tecnologia. Até o início dos anos 2000, o valor das exportações de produtos de alta tecnologia latino-americanos e chineses eram semelhantes - na casa dos US\$ 40 bilhões -; porém, a partir do ano de 2001 a China dispara seu ritmo de exportação e em apenas uma década chega a aumentar em dez vezes seu volume para aproximadamente US\$ 560 bilhões, enquanto a América Latina manteve seu volume de exportação de produtos de alta tecnologia quase inalterado ao longo de todos os anos do século XXI nessa análise, próximo de US\$ 60 bilhões.

Gráfico 1 - China e América Latina: Exportação de produtos de alta tecnologia, 1990-2014 (Em US\$ milhões)



Fonte: Word Bank (2016). Elaboração própria.

O ano de 1985 foi um divisor de águas nas políticas econômicas chinesas. Do lado das importações houve acentuado declínio relativo nas compras de produtos alimentares, bens intermediários (especialmente aço) e bens de consumo. A partir daí, ocorreu um vigoroso processo de substituição de importações. Do lado das exportações, se expandiu a indústria leve, em particular a indústria têxtil. A política econômica chinesa baseou-se simultaneamente no desenvolvimento do mercado interno e na promoção das exportações (MEDEIROS, 2012a). Outro ponto importante visto na década de 1980 foi a política de investimento interno e de gasto público. Medeiros (2012b) ressalta que ao longo dessa década o investimento bruto situou-se acima de 35% do PIB, com forte aceleração a partir de 1985 quando se registrou por mais de três anos consecutivos um investimento de 40% da renda. É válido ressaltar que o sistema produtivo estatal foi responsável por 65% do montante investido, canalizado, por sua vez, para a expansão da capacidade produtiva industrial.

Nesse íterim¹³, a China se segmentou em dois regimes (promoção das exportações e proteção do mercado interno). O regime de promoção das exportações foi estabelecido com as ZEE (Zonas Econômicas Especiais) que se espalharam ao longo das zonas costeiras¹⁴. Esse regime baseia-se no processamento de importações com empresas locais contratadas por empresas estrangeiras ou por empresas com participação estrangeira com autonomia de exportação. As empresas vinculadas às ZEEs possuem liberdade cambial e beneficiam-se de isenção de impostos. O intuito do regime, através dessa política, é a atração de investimentos e divisas:

As empresas que não se encontram sob o regime das ZEE, subordinam-se à política chinesa de comércio exterior, fortemente protecionista e dirigida simultaneamente para as exportações e para o desenvolvimento do mercado interno. Todo o comércio exterior é centralizado em *tradings* estatais, que exercem o monopólio cambial e tomam a iniciativa das exportações (MEDEIROS, 2012a, p. 401).

Por outro lado, o regime de proteção do mercado interno é baseado na centralização das importações e nas tarifas elevadas sobre importações (43% nos anos 1980 e 23% nos anos 1990), contando também com

¹³ Anos 1980-1990.

¹⁴ Guandong, Fujian, próximas a Hong Kong e Formosa são as que mais se destacaram (MEDEIROS, 2012a).

barreiras não tarifárias para diversos bens. Cerca de 20% das importações estão sujeitas a controles quantitativos (MEDEIROS, 2012a).

A partir dos anos 1990, a China se transformou no principal receptor de investimentos diretos estrangeiros (IDEs) entre os países em desenvolvimento. Dessemelhante das políticas latino-americanas, o “gigante asiático” manteve uma postura intervencionista nessa questão como parte de sua estratégia de desenvolvimento de longo prazo. A China priorizou a absorção de capitais na forma de investimentos diretos (não de dívida) e tecnologia, além de ampliar a geração de divisas por meio do comércio internacional. Dessa maneira, o governo chinês procurou manejar de forma pragmática a gestão de fluxos financeiros, usando de incentivos fiscais para a atração de IDE, ao passo que criava restrições para o seu direcionamento interno (CUNHA, 2007). Desse modo, com o IDE concentrado em áreas estratégicas, as empresas estrangeiras eram obrigadas a se associarem a empresas locais, transferindo-lhes tecnologia (RODRIK, 2006).

Com relação às ZEEs, Rodrik (2006) afirma que os investimentos estrangeiros têm desempenhado um papel fundamental na evolução da indústria chinesa, pois podem se apresentar também como fontes de informações e tecnologias por meio de consórcios empresariais. Assim, a abertura da China ao investimento estrangeiro e a sua disponibilidade para criar zonas econômicas especiais, com infraestrutura, benefícios fiscais e cambiais, criaram um ambiente de grande atratividade para as empresas estrangeiras. O autor ressalta que um dos objetivos do incentivo à entrada de capitais é desencadear um salto produtivo, integrando as cadeias produtivas nacionais chinesas por meio de políticas de transferência tecnológica¹⁵. Essa estratégia é um importante processo de transferência tecnológica e vem permitindo o desenvolvimento local em diversos setores, bem como o desenvolvimento de empresas chinesas com marcas próprias, como pode ser visto, particularmente, no caso da indústria automotiva¹⁶.

Paralelamente às políticas econômicas, a liberalização comercial chinesa ocorreu de forma paulatina, tanto que após sua entrada na OMC os superávits comerciais se expandiram de forma relevante. Em 2006, a China já participava com 10% das exportações mundiais de bens manufaturados, contra cerca de 4% para o total das América Latina, segundo a OMC (BARBOSA, 2011).

Fiori (2014) argumenta que a liderança da inovação tecnológica se concentra nos países com maior poder dentro do sistema internacional, e que por outro lado, os países que ocupam posições inferiores acessam as tecnologias de “ponta” através da cópia, da importação (o caso latino-americano) ou de pequenas adaptações incrementais. Dessa forma, seguindo esse raciocínio, os países que almejam mudar sua posição dentro da hierarquia internacional devem também alterar em algum momento seu conjunto de pesquisa e inovação. O autor completa que os chineses estão deixando de lado o mimetismo tecnológico e estão seguindo o modelo norte-americano, como defende Fiori (2014, p. 98), “[...] na qual o sistema de defesa do país ocupa um lugar central no sistema de inovação”.

¹⁵ A partir dos anos 1990 a estratégia de aquisição tecnológica da China é clara, o país permite que as empresas estrangeiras tenham acesso ao mercado nacional em troca da transferência de tecnologia, pelo intermédio da produção conjunta (parcerias) ou *joint ventures*. Essa estratégia é facilitada pela fraca aplicação de leis de proteção intelectual, estimulando a rápida disseminação de novas tecnologias, através da cópia. Faz-se uso também da engenharia reversa, imitando os produtos sem nenhum medo de repressão ou penalidade (RODRIK, 2006).

¹⁶ Como por exemplo, as marcas automotivas Chery e JAC Motors.

Sendo assim, o caso chinês, em relação a incrementos tecnológicos voltados à defesa, teve seu ponto de inflexão nos anos 1990, depois da Guerra do Golfo, quando se tomou conta da necessidade de modernizar seu sistema de defesa, mudando o rumo da pesquisa científica e tecnológica e adotando de forma progressiva o modelo americano de integração da academia com o setor público e privado, na produção de tecnologias duas capazes de dinamizar, simultaneamente, a economia civil chinesa. Ainda na década de 1980, a China criou a Comissão de Ciência, Tecnologia e Indústria para a Defesa Nacional, porém o verdadeiro salto só veio em 1990, com o lançamento do Projeto de Segurança Estatal 998, objetivando o desenvolvimento da capacidade chinesa de contenção das forças norte-americanas no Mar do Sul da China (FIORI, 2014). Fiori salienta que:

Entre 1991 e 2001, o gasto militar chinês cresceu 5% ao ano, e, entre 2001 e 2010, 13%. Hoje [2014] a China possui o segundo maior orçamento militar do mundo, mas o que importa, nesse caso, é que os gastos com a defesa já alcançaram cerca de 30% de todo o gasto governamental com pesquisa e inovação, e foram os grandes responsáveis pelo avanço dos chineses nos últimos anos em microeletrônica, computação, telecomunicação, energia nuclear, biotecnologia, química e no campo aeroespacial (FIORI, 2014, p.99).

Arrighi (2008)¹⁷ analisa as estratégias chinesas durante os anos de liberalização econômica. A partir desse estudo, surge a seguinte indagação: devemos considerar a década de 1990 como a época áurea do capitalismo, ou pode-se ver como algo mais próximo da época do socialismo reformado? O autor segue como parâmetro o sucesso da China e da Índia nesse período, pois, de forma diferente, os anos 1990 não foram muito promissores para aqueles países que seguiram a receita recomendada pelo Consenso de Washington. Assim, tanto a China quanto a Índia livraram-se dos bancos ocidentais na década de 1970, poupando-se da crise da dívida externa desencadeada na década seguinte e até hoje as duas economias continuam mantendo o controle de capitais, fazendo com que o dinheiro especulativo não tenha a liberdade de entrar e sair facilmente. Isso somado, ainda, à preservação dos grandes setores estatais na indústria pesada. Cabe ressaltar que embora a China tenha recebido bem os conselhos e a ajuda do Banco Mundial, ela o fez sempre em termos e em condições que servissem ao interesse nacional chinês e não aos interesses do Tesouro norte-americano e do capital ocidental. Pode-se citar a China como um dos melhores exemplos de países que ouviram os conselhos estrangeiros, mas que tomou decisões em função de suas próprias circunstâncias sociais, políticas e econômicas.

Em termos analíticos, a desregulamentação e a privatização chinesa foram bem mais seletivas e avançaram em ritmo bem mais lento do que nos países que seguiram a receita neoliberal. A principal reforma não foi a privatização e sim a exposição das empresas estatais à concorrência interna, com grandes empresas estrangeiras e, acima de tudo, com uma cesta de empresas privadas, semiprivadas e comunitárias recém-criadas. Consequentemente, houve uma redução da participação das estatais no emprego e na produção em relação ao período 1949-1979.

Todavia, o papel do governo não diminuiu sua influência e sua promoção ao desenvolvimento nacional. Ao contrário, o governo investiu quantias enormes no desenvolvimento de novos setores, na criação de novas Zonas de Processamento para Exportação (ZPEs), na expansão e na modernização da educação superior e em grandes projetos de infraestrutura:

17 ARRIGHI, G. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. Tradução Beatriz Medina. Boitempo. São Paulo, 2008.

Graças ao tamanho continental e à imensa população do país, essas políticas permitiram ao governo chinês combinar as vantagens da industrialização voltadas para a exportação, induzida em grande parte pelo investimento estrangeiro, com as vantagens de uma economia centrada em si mesma e protegida informalmente pelo idioma, pelos costumes, pelas instituições e pelas redes, aos quais os estrangeiros só tinham acesso por intermediários locais (ARRIGHI, 2008. p. 362).

Segundo Arrighi (2008), a China abriga dois terços do total mundial de trabalhadores em zonas semelhantes às ZPEs. A distribuição espacial desses conglomerados industriais básicos se estabelece pelo tipo de especialização produtiva: o delta do rio Pérola é composto por indústrias intensivas em mão de obra, produção e montagem; o delta do rio *Yang-tsé* é voltado para setores que fazem uso intensivo de capital e em produção de carros, celulares e computadores; e *Zhongguan Cun*, localizada em Pequim, é o vale do Silício chinês. “Mais do que no resto do mundo, ali o governo intervém diretamente para promover a colaboração entre universidades, empresas e bancos estatais no desenvolvimento da informática” (ARRIGHI, 2008. p. 362). Assim, a divisão do trabalho entre as ZPEs ilustra também a estratégia do governo chinês de promover o desenvolvimento dos setores intensivos em tecnologia e conhecimento, sem abandonar em contrapartida, as atividades intensivas em mão de obra.

O panorama aqui esboçado evidencia que a China planejou um modelo nítido de desenvolvimento de longo prazo, com o objetivo de transformar o perfil da estrutura produtiva interna, balizando-se em altas taxas de investimento direcionadas para a expansão das exportações, alto nível de gasto público, expansão do mercado interno, especialização e integração da cadeia produtiva, além de manter a moeda desvalorizada em um ambiente de controle em relação à liberalização do mercado de capitais (BARBOSA, 2011).

O caminho latino-americano: do ideário desenvolvimentista à luta pela estabilização econômica

As décadas de 1980 e 1990 na América Latina são marcadas por ajustes e reestruturações econômicas. A década de 1980 foi profundamente marcada pela “crise da dívida”, originada pelo aumento nas taxas de juros imposto pelos Estados Unidos no início da mesma década. Durante esse período recessivo, o ideário desenvolvimentista foi perdendo gradativamente sua relevância e as políticas econômicas não mais se voltavam ao planejamento em prol do crescimento e do desenvolvimento econômico. O contexto agora era outro: com a economia latino-americana na bancarrota, a preocupação era direcionada para políticas de estabilização e ajuste econômico. “Durante toda essa década, a maioria dos economistas do governo, da academia e do setor privado não mais discutiam o longo prazo ou o crescimento, mas tão-somente a conjuntura, o juro, os preços, o câmbio e o salário” (CANO, 2000, p. 35).

As políticas de ajuste econômico foram impostas pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), bancos privados e pela pressão de governos dos países industriais – *centrais* – aos países devedores como forma de obrigá-los a pagar os juros das dívidas contraídas nas décadas anteriores¹⁸. Observava-se assim uma preocupação com a salvaguarda do sistema

¹⁸ Especialmente na década de 1970, com a abundância de liquidez internacional resultante da reciclagem dos “petrodólares”, como visto na seção anterior.

financeiro internacional e, no que tange à América Latina, com a pressão pelo pagamento ao menos de parte dos juros do endividamento contraído na década anterior (CANO, 2012).

De acordo com Santos (1996), essa política consistiu nos países dependentes devedores numa combinação entre o incremento das exportações, apoiado nas desvalorizações cambiais, e a diminuição das importações, com base na restrição do mercado, ou seja, apoiado na compressão salarial e restrição do crédito para consumo. Porém, o superávit comercial obtido com o ajuste serviu basicamente para o pagamento dos altíssimos juros internacionais e, assim, na década de 1980 a América Latina consumiu grande parte de seu superávit comercial sem nenhuma contrapartida de crescimento econômico, nem mesmo com a amortização do principal da dívida externa.

Cano (2000) esquematizou os principais pontos em que se constituem as propostas de ajuste nos anos 1980 impostas para a América Latina: i) a política fiscal se baseava em cortes radicais nos gastos correntes (notadamente em salários, gastos sociais e subsídios diversos) e no investimento público, poucas alterações na tributação em face da restrição da demanda; ii) a política monetária se direcionava à contenção da expansão dos meios de pagamento, do crédito interno e elevação das taxas de juros reais; iii) a política salarial visava a estancamento dos reajustes e queda do salário real; iv) a política cambial e de comércio exterior era direcionada à desvalorização do câmbio, incentivos às exportações e restrições às importações.

Não é difícil entender o sentido de cada política: i, ii e iii atuavam na redução do consumo e do investimento (público e privado), o que significava também redução de parte da demanda por importações; ii e iii teriam efeitos sobre a contenção inflacionária; iii geraria efeito específico de redução de custos e melhoria da relação “câmbio/salário”; iv atuaria na reversão do déficit comercial (CANO, 2012, p. 34).

Nesse mesmo período, a banca internacional cortou o crédito externo ocasionando uma retração das fontes de financiamento para pagamento dos serviços da dívida, da remessa dos lucros das companhias multinacionais e dos investimentos externo de capitalistas locais, provocando o desajuste dos mercados financeiros locais, deteriorando as finanças públicas e as políticas monetárias, e assim colocando a América Latina em uma situação inflacionária de três dígitos. A abrupta contração do crédito internacional e sua concentração nos países mais ricos, em particular nos EUA e em algumas regiões como a Ásia, alterou substancialmente a inserção externa dos países periféricos. O comportamento dos países latino-americanos nas décadas de 1980 e 1990 mostrou claramente sua fragilidade e subordinação financeira¹⁹. Dessa forma, a década de 1980 é marcada pela escassez de financiamento externo, instabilidade macroeconômica e desinvestimento.

Do ponto de vista macroeconômico, nos anos 1980 a América Latina se caracterizou por uma maior fragilidade externa comparada ao continente asiático em meio à abundância de capitais externos. Esta vulnerabilidade decorreu de três aspectos: i) maior peso das transferências financeiras; ii) menor taxa de crescimento das exportações e iii) maior vulnerabilidade dos fluxos de capitais.

Medeiros (1997) descreve o dilema vivido na época pelas economias latino-americanas em face do estrangulamento externo no recebimento de créditos internacionais somado à diminuição da capacidade de importar dos países da OCDE. Essa situação resultou na contração de suas taxas de crescimento:

19 Com exceção do Chile e Colômbia, que não se marginalizaram totalmente dos fluxos de créditos internacionais (MEDEIROS, 1997).

Em condições de escassez de finanças internacionais – como a que diferencialmente se abateu sobre os países periféricos – a única forma de deslocar a restrição externa e manter o crescimento econômico é através do aumento das exportações; mas como aumentá-las num momento marcado por recessão entre países da OCDE e queda de preços das *commodities* internacionais? (MEDEIROS, 1997, p. 288).

Segundo Medeiros (1997), após de uma década de estagnação e a subsequente reestruturação da dívida no final dos anos 1980, os fluxos internacionais de capitais – principalmente a captação de investimentos de portfólio – reinserem-se na economia latino-americana. A abundância de liquidez viabilizou políticas de estabilização baseadas na sobrevalorização das suas moedas nacionais. Esse deslocamento temporário da restrição interna decorrente da entrada de capitais foi acompanhado por intensa e unilateral abertura financeira e comercial.

Em toda a América Latina, com exceção do México que é o único caso de produção industrial integrada com os EUA, a combinação de abertura comercial e financeira com câmbio sobrevalorizado resultou em abruptas elevações dos coeficientes de importação e deslocamento das exportações para as *commodities* (MEDEIROS, 1997). Dessa forma, ao contrário de uma macroeconomia regional expansiva dinamizada pelos deslocamentos do capital produtivo e expansão global do comércio, a região latino-americana se viu limitada a baixas taxas de crescimento, na expectativa incerta de que os investimentos diretos em expansão naquele momento pudessem a um tempo financiar o déficit em transações correntes e aumentar as exportações industriais.

No que se refere às condições de endividamento e especialização produtiva, as diferenças nacionais importantes em termos de padrão histórico e grau de industrialização, particularmente pelo êxito do desenvolvimento brasileiro e mexicano, como também a desindustrialização chilena e argentina do final dos anos 1970, não diferenciaram os países enquanto devedores do sistema financeiro internacional. O intenso esforço exportador latino-americano ocorrido na década de 1980 e, principalmente depois de 1985, foi acompanhado por deterioração dos termos de troca, concentrando-se essencialmente nas *commodities* agrícolas e industriais.

Ao lado do crescimento da exportação de bens primários tradicionais houve entre os maiores países da região, como Argentina e Brasil²⁰, o deslocamento da indústria na direção das *commodities* (petroquímica, alumínio, celulose, papel, aço e metais não ferrosos). Com relação ao padrão de especialização produtiva evidenciado durante os anos 1980 e 1990, no Brasil e Argentina, Medeiros observa que:

Tendo em vista o sentido global do ajuste macroeconômico e da abertura comercial, ocorreu, tanto na Argentina ainda nos anos 80 e no Brasil (a despeito das notáveis diferenças de escala) nos anos 90, uma mudança no padrão de especialização do setor industrial: encolhimento do complexo metal-mecânico e expansão dos ramos industriais intensos em recursos naturais. Estas estratégias buscaram, por outro lado, ajustar-se às novas condições tarifárias e cambiais decorrentes do Mercosul. O efeito imediato deste deslocamento foi a redução de emprego e demanda por bens de capital nacional e quebra dos encadeamentos industriais. Foi notável aqui a mudança estrutural nos coeficientes de exportação e importação em todos os ramos da indústria. Se de um lado a indústria se reespecializava na direção de *commodities*, de outro, em todos os subsetores da indústria, como exceção de produtos alimentares, os coeficientes de importação passaram a exceder, nos anos imediatos ao da abertura externa, os de exportação (MEDEIROS, 1997, p. 340).

20 Com exceção do México.

Medeiros (1997) resgata as teorias cepalinas ao analisar a problemática latino-americana dos anos 1980-1990, observando que o deslocamento da estrutura industrial no sentido das *commodities* traz à tona os problemas clássicos examinados por Raul Prebisch em meados da década de 1950:

[...] em primeiro lugar a flutuação da demanda mundial instabiliza o ciclo de crescimento dos países exportadores, em segundo lugar, ocorre deterioração de preços no longo prazo (houve deterioração dos termos de troca nos anos 80 e na primeira metade dos anos 90) (MEDEIROS, 1997. p. 345).

Durante a década de 1990, observa-se também uma mudança internacional em termos estruturais com a desarticulação das economias socialistas, forte desaceleração da economia dos principais países desenvolvidos e a considerável queda das taxas de juros. Diante desse contexto, era preciso renegociar as dívidas externas das economias periféricas para criar um ambiente receptivo aos capitais ociosos norte-americanos. Segundo Cano (2000), as reformas e ajustes se basearam em: i) concluir as renegociações de dívidas para equacionar melhor a situação dos credores e possibilitar um novo período de reendividamento; ii) debelar a inflação crônica para dar melhor estabilidade e menor risco ao capital estrangeiro e iii) introduzir as reformas liberalizantes abrindo os mercados de bens, serviços e capitais e flexibilização das relações trabalho/capital:

A periodização das reformas e dos ajustes é igual para todos os países. O Chile, por exemplo, se antecipa e a realiza entre 1973 e 1979, mas fracassa em 1981-1983. A Argentina também fizera sua tentativa neoliberal entre 1976 e 1979 e a crise da dívida postergou esses e outros intentos. Reformas parciais, como a financeira e a renegociação das dívidas, iniciavam em vários países antes de 1990. Mas é a partir de 1990 que a maior parte dos países latino-americanos desencadeia seus processos de reforma e ajuste (CANO, 2000, p. 41).

Os programas de estabilização apresentados na década de 1990, na aparência, tinham grande similaridade com os da década anterior: “política de contenção salarial; restrição monetária e creditícia e juros elevados (cortes em gastos correntes e investimentos)” (CANO, 2000, p. 41). Porém, na essência, se via claramente a distinção: a política cambial, ao contrário da anterior, que propunha a desvalorização no intuito de incentivar as exportações, voltou-se para a valorização cambial, se tornando a alavanca mestra de estímulo às importações. O corte dos gastos públicos teve como ponto central a acomodação subsequente da massa de juros internos e externos. A política de combate à inflação se anexaria com outra condicionante, a liberalização do comércio exterior, com grande diminuição das barreiras administrativas, tarifárias e não tarifárias, barateando por duas vias as importações (pelo câmbio e pela tarifa), pressionando, conseqüentemente, a queda dos preços dos produtos similares nacionais.

Cano (2000) ressalta que dessa vez o ajuste não objetivava conter a demanda interna e produzir excedentes exportáveis. A questão se apresentava de maneira mais complexa:

A demanda pública era contida mais para compatibilizar o propósito de diminuição do tamanho e da ação do Estado com os crescentes juros; a contenção salarial vinha muito mais pressões nos custos públicos e empresariais; a brutal elevação dos juros internos não era tanto para conter o investimento privado, mas para atrair a entrada de capital forâneo, sumamente necessário para financiar o violento aumento das importações de bens e de serviços (notadamente do turismo) e o pagamento da dívida externa, agora compulsório pelos acordos de renegociação (CANO, 2000, p. 42).

Santos (1996) acrescenta que com a queda das taxas de juros verificou-se também um alívio nas pressões pelo pagamento da dívida externa em decorrência também de várias negociações que resultaram em acordos conciliatórios (descritas em três pontos por Cano). As políticas de ajuste, em decorrência, assumiram um sinal oposto. A necessidade de equilíbrio na balança de pagamentos norte-americana ameaçada por um amplo déficit comercial impôs aos países dependentes a implantação de políticas de déficit comercial. A nova política econômica, como também ressaltou Cano, consistia na valorização das moedas locais (por meio da âncora cambial), no aumento indiscriminado das taxas de juros da dívida pública e na venda do patrimônio público, conhecido como privatização:

Consequentemente, as exportações caíram, as taxas de crescimento diminuíram e as importações aumentaram, produzindo déficits comerciais, que são compensados pela entrada de capital de curto prazo em busca de juros altos e da especulação financeira decorrentes de indicadores macroeconômicos de curto prazo favoráveis (SANTOS, 1996. p.12).

Camara & Salama (2005) salientam que os investimentos diretos e os investimentos em carteira tornaram-se a forma mais importante de financiamento externo na Ásia e na América Latina nesse período. A região asiática foi mais inserida pelos Investimentos Direto Estrangeiro (IDE) e na América Latina existe a predominância de fluxos de investimentos em carteira. Dessa forma, o financiamento externo que predominou na região latino-americana nos anos 1990 foi essencialmente formado por fluxos financeiros voláteis e sem vínculos diretos com a exportação. Os autores observam que durante os anos de liberalização econômica, o volume de fluxos financeiros enviados aos países periféricos cresceu substancialmente:

No segundo subperíodo, 1990-2000, o financiamento, será, de novo, essencialmente dos fluxos privados sob a forma de investimentos diretos e de investimentos em carteira [...]. Segundo os dados do Banco Mundial, esses fluxos líquidos de capitais em direção aos PEDs²¹, que eram de US\$ 20 bilhões em 1986, atingiram US\$ 240 bilhões no auge (1993-96) e se estabilizaram em torno de uma média anual de US\$ 130 bilhões entre 1998 e 2002 (CAMARA & SALAMA, 2005, p. 202).

Mesmo em dimensões distintas, a abertura comercial e financeira favoreceu intensamente o setor de serviços das economias latino-americanas. Pois, parte significativa do IDE que se expandiu fortemente nos anos 1990 para o México, Argentina, Brasil e Chile foi canalizado para o setor financeiro e para aquisições patrimoniais em serviços de utilidade pública privatizados. As importações permitiram aumentar as margens de lucro do comércio e serviços em relação à atividade industrial. Porém, os investimentos nestas atividades tiveram impactos desprezíveis sobre o crescimento econômico e no emprego. Dessa forma, o direcionamento dos investimentos para os serviços explica a baixa formação de capital na indústria neste período:

A expansão e a internacionalização dos serviços, o retrocesso da substituição de importações na indústria e a especialização do setor exportador em *commodities* vão definindo uma modalidade de inserção internacional do trabalho bastante diferenciada da que se observou sobre a Ásia (MEDEIROS, 1997. p. 333).

Barbosa (2011) observa, em linhas gerais, que o modelo de desenvolvimento latino-americano foi baseado na liberalização econômica, na concentração dos investimentos diretos no setor de serviços, e

21 Países em desenvolvimento.

aprofundado conseqüentemente pelo processo de privatização em curso. Por sua vez, verificou-se uma racionalização produtiva com desintegração vertical e aumento de conteúdo importado, principalmente nos setores importantes, dinâmicos e mais produtivos da economia. Conseqüentemente, houve perda da participação da produção industrial, porém não em virtude de mudanças estruturais pela incorporação de serviços agregados de valor, como nos países centrais industrializados, mas sim pelo encolhimento da base industrial herdada no período de substituição de importação:

Como resultado, obtém-se um duplo processo de concentração das exportações em produtos intensos em recursos naturais e de generalização das maquiladoras, as quais se destacam pelas exportações de manufaturados com baixo valor agregado no mercado interno (BARBOSA, 2011. p. 271).

O que se observava na América Latina eram políticas industriais de caráter horizontal²² e políticas macroeconômicas moldadas pelos países desenvolvidos, diferente das políticas e estratégias chinesas predominantemente independentes²³. Dessa forma, os tratados comerciais latino-americanos firmados com economias avançadas tenderam a subordinar os fluxos comerciais às decisões das empresas multinacionais. Outro ponto importante é o comportamento dos investimentos diretos estrangeiros nas duas regiões. Na China esses investimentos eram crescentes e contínuos, voltados para a diversificação da base industrial e dos serviços; por outro lado, na América Latina, os IDEs, em larga escala, se comportavam de maneira exógena, ou seja, cresciam com o volume global de investimentos externos, nos períodos de prosperidade e caíam quando a economia global se deparava com crises (BARBOSA, 2011).

Considerações finais

Este estudo buscou não incorrer em comparações equivocadas e obtusas, no sentido de comparar incomparáveis ou associar economias e sociedades distintas. Contudo, o objetivo em uma análise comparada é propor uma relação entre os resultados apresentados, ressaltando as diferentes experiências de sociedade e assim contribuir com o debate e embasar futuras pesquisas. Deste modo, deve-se levar em conta, nas economias estudadas, as características peculiares de cada região, referentes à cultura, extensão territorial, população, história e outras singularidades que influenciaram diretamente na trajetória dessas regiões. O cruzamento se deu, portanto, no período estudado e na relação existente do objeto de estudo com o funcionamento – e a influência – do plano econômico internacional, buscando também analisar suas estratégias e políticas econômicas nacionais.

Observou-se, sobretudo, que o papel desempenhado pela China na economia mundial originou um novo eixo de acumulação, formado pelos EUA exercendo o papel de consumidor mundial de última instância, financiado principalmente pelo seu déficit em transações correntes, enquanto a China tornou-se a fábrica do mundo e o principal supridor de bens manufaturados. De modo, a dinamicidade da indústria chinesa funcionou como uma engrenagem potente de efeitos positivos para outras regiões do mundo como, por exemplo, na Ásia, na América Latina e

22 As políticas industriais horizontais dizem respeito às medidas que afetam horizontalmente todas as atividades econômicas: desburocratizando, melhora do ambiente de negócios, simplificação tributária, eficiência logística, eficiência regulatória; voltadas, principalmente, ao ambiente institucional e de negócios.

23 Que se direcionavam na criação de habilidades nacionais próprias, como também o foco na especialização em produtos intensos em tecnologia.

na Europa. A América Latina, por sua vez, participa do comércio internacional como demandante de produtos intensivos em tecnologia e, em contrapartida, se especializou na oferta de *commodities* de origem agrícola e mineral.

No que se refere às políticas endógenas e exógenas, enquanto a América Latina passava as décadas de 1980 e 1990 num período de grave instabilidade econômica, direcionando seus esforços no desmonte do Estado intervencionista da era de substituição de importações, a China, na contramão desse processo, entrava no mercado mundial amparada num modelo de desenvolvimento de longo prazo, mesclando várias políticas econômicas, com o objetivo claro e único de promover a industrialização nacional via expansão das exportações.

Por outra ótica, a diferença essencial entre a China e a América Latina no período observado parece se mostrar no nexo entre exportações e investimentos, que permitiu ampliar a capacidade produtiva na China, ajudando o fortalecimento de seu mercado interno, enquanto na América Latina a volatilidade cambial – resultado da rápida abertura comercial e financeira –, dificultou esse processo, trazendo uma brusca oscilação nas taxas de crescimento e investimento. Essa diferença se expande às concepções peculiares de política industrial e aos modelos e de inserção externa das duas regiões.

Referências bibliográficas

ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. Tradução Beatriz Medina. Boitempo. São Paulo, 2008.

BARBOSA, A. F. China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. In: Ferreira Leão, R.; Pinto, E.C.; Acioly, L. **A China na Nova Configuração Global**. Impactos políticos e econômicos, IPEA, 2011.

BEKERMAN, M. et al. Transformações recentes da economia chinesa: impacto sobre suas relações comerciais com a América Latina. IPEA. **Revista tempo do mundo**, 2013.

CANO, W. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. São Paulo. Editora UNESP, 2000.

_____. América Latina: do desenvolvimento ao neoliberalismo. In: FIORI, J. L. (organizador). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Rio de Janeiro. Editora: Vozes, 2012.

CHESNAIS, F. **A mundialização financeira: gênese, custo e apostas**. Tradução de Maria Roldão. Instituto Piaget. Lisboa, 1996.

_____. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração e consequência**. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo, Boitempo, 2005.

COMTRADE. **Internacional Trade Statistics Database** <<http://comtrade.un.org/>> Disponível em: 10 de junho 2016

CUNHA, A. M. Crescimento e internacionalização da China: impactos potenciais na América Latina. **XII Encontro Nacional de Economia Política**. São Paulo, 2007.

FIORI, J. L. **Sistema Mundial e América Latina: mudanças e perspectivas**. São Paulo, junho, 2006.

_____. (Organizador). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Rio de Janeiro. Editora: Vozes, 2012.

_____. **História, estratégia e desenvolvimento**: para uma geopolítica do capitalismo. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2014.

LIMA, M. C. [Org.] **Sobre a China**. Recife, Ed. UFPE, 2018.

MEDEIROS, C. A. Globalização e a inserção diferenciada da Ásia e América Latina. In: Tavares, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (orgs.). **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

_____. A China como um Duplo Polo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática. **Revista de Economia Política**, 2006.

_____. China: entre os Séculos XX e XXI. In: FIORI, J. L. (organizador). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Rio de Janeiro. Editora: Vozes, 2012a.

_____. **Notas sobre o Desenvolvimento Econômico Recente na China**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012b.

NASSIF, A. O modelo centro-periferia e a economia política da Cepal: ontem e hoje. 49º Encontro Nacional de Economia da Associação do Centro de Pós-graduação em economia (ANPEC), 2021.

PINTO, E. C. O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial: tensões e complementariedades comerciais, produtivas e financeiras. In: Ferreira Leão, R.; Pinto, E.C.; Acioly, L. **A China na Nova Configuração Global**. Impactos políticos e econômicos, IPEA, 2011.

_____. América Latina na primeira década do século XXI: “efeito China” e crescimento com inclusão, Projeto Capacidades Humanas, Desenvolvimento e Políticas do Observatório NESP/UnB, 2013. PINTO, E.; BALANCO, P. **Transformações do capitalismo contemporâneo e os impactos para a América Latina**: retrospectivas, mudanças e perspectivas. UFRJ. Textos para discussão, 2013.

PREBISCH, E. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Editora Record. Volume 1. Rio de Janeiro, São Paulo, 2000.

RODRIK, D. **What’s so special about China’s Export?** National Bureau of economic research. Cambridge, January, 2006.

SANTOS, T. **América Latina**: democratização e ajuste estrutural. Porto Alegre, julho, 1996.

SOUZA, R. **Estado e capital na China**. Salvador. EDUFBA, 2018.

TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **(Des)Ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. A retomada da hegemonia norte-americana. In: Tavares, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (orgs.). **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

WORDBANK. **Word Bank Group** <<http://www.worldbank.org/>> Disponível em: 20 de abril 2016.

Transformações recentes no plano econômico internacional: uma análise paralela da ascensão do “gigante” asiático e da estagnação latino-americana

Resumo

O presente artigo propõe um estudo histórico comparativo, dos caminhos trilhados por duas economias que possuem funções diferentes na dinâmica da economia internacional: a chinesa e a latino-americana. O corte histórico perpassa, essencialmente, os anos 1970 e 1990, procurando elucidar as transformações geopolíticas e econômicas ocorridas nesse período. Como método de análise, procura-se construir uma visão ampliada dos fatos que fundamentaram o *status quo* do plano econômico internacional. Explora-se, primeiro, o contexto internacional, dando-se ênfase à reafirmação da hegemonia norte-americana; depois, a argumentação é direcionada para as políticas desenvolvimentistas adotadas pelo governo chinês; e, por último, revisita-se o avanço das políticas liberais e a luta pela estabilização econômica na América Latina. Constatou-se, assim, que as diferentes trajetórias históricas, regidas por modelos divergentes de políticas econômicas, colaboraram significativamente na alocação das duas regiões em locais distintos no cenário econômico mundial.

Palavras-chave: Políticas econômicas, China, América Latina, hegemonia americana.

Recent transformations in the international economic plan: a parallel analysis of the rise of the Asian “giant” and Latin American stagnation

Abstract

This article proposes a comparative historical study of the paths taken by two economies that have different functions in the dynamics of the international economy: the Chinese and the Latin American. The historical cut runs essentially through the 1970s and 1990s, seeking to elucidate the geopolitical transformations and the motivation that occurred in that period. As a method of analysis, an attempt is made to build an expanded view of the facts that underlying the status quo of the international economic plan is pursued. First, the international context is explored, emphasizing the reaffirmation of North American hegemony; then, the argument is directed to the developmental patterns adopted by the Chinese government; finally, the advance of liberal policies and the international economy in Latin America. It was verified, therefore, that the different historical trajectories, ruled by divergent models of economic policy, collaborated significantly in the allocation of the two regions in different places in the world economic scenario.

Key Words: Economic policies, China, Latin America, American hegemony.

Transformaciones recientes en el plan económico internacional: un análisis paralelo del ascenso del “gigante” asiático y el estancamiento latinoamericano

Resumen

Este artículo propone un histórico y paralelo de las trayectorias seguidas por dos economías que tienen diferentes funciones en la dinámica de la economía internacional: el chino y el latinoamericano. El corte histórico recorre, fundamentalmente, las décadas de 1970 y 1990, buscando dilucidar las transformaciones geopolíticas y económicas ocurridas en ese período. Como método de análisis, se intenta construir una visión tridimensional de los hechos que sustentaron el statu quo del plan económico internacional. Primero se explora el contexto internacional, con énfasis en la reafirmación de la hegemonía norteamericana; luego, el argumento se dirige hacia las políticas de desarrollo adoptadas por el gobierno chino; y finalmente, se revisa el avance de las políticas liberales y la lucha por la estabilización económica en América Latina. Se encontró, por tanto, que las diferentes trayectorias históricas, regidas por modelos divergentes de políticas económicas, colaboraron significativamente en la asignación de las dos regiones en diferentes lugares dentro de la jerarquía del poder mundial.

Palabras clave: Políticas económicas, China, América Latina, hegemonía estadounidense.

Classificação JEL: F59; O21.